

ARTIGO 5º DA OTAN NÃO É TÃO RÍGIDO COMO SE ACREDITA

Por Dan Reiter* e Brian Greenhill**



Organização do Tratado do Atlântico Norte.

A adesão à OTAN obriga os países a se defenderem mutuamente, mas os compromissos da aliança não são tão vinculativos, jurídica ou politicamente, como parecem.

O resultado das próximas eleições presidenciais dos EUA terá consequências importantes para a relação entre os EUA e os seus aliados. Embora o presidente Joe Biden acredite firmemente no valor da aliança transatlântica, o candidato republicano Donald Trump tem criticado durante anos a participação dos EUA na Organização do Tratado do Atlântico Norte, a aliança militar vulgarmente referida como OTAN.

Em fevereiro de 2024, por exemplo, Trump disse que se fosse reeleito presidente, diria à Rússia para fazer “tudo o que quiser” contra os membros da OTAN que são “delinquentes” por não terem investido o suficiente nas suas próprias capacidades militares. Os comentaristas de política externa consideraram isso como um convite à Rússia para atacar estes países da OTAN.

Em setembro de 2022, seis meses após a invasão em grande escala da Rússia, a Ucrânia solicitou a adesão à OTAN. Agora, a potencial adesão da Ucrânia é uma das principais questões que os representantes dos 32 países membros da OTAN na América do Norte e na Europa irão considerar quando se reunirem em Washington, em julho de 2024.

Na raiz dos debates sobre a política em relação a alianças como a OTAN está o pressuposto de que a OTAN exige que seus membros intervenham e ajudem na defesa caso outro membro da aliança seja atacado.

Como cientistas políticos que estudam o papel de organizações internacionais como a OTAN, pensamos que é importante compreender que, na realidade, os acordos de aliança são mais flexíveis do que as pessoas pensam.

Na prática, é possível que os EUA e outros países ocidentais fiquem de fora de um conflito que envolva um país da OTAN sem terem de quebrar os compromissos da sua aliança. A linguagem do tratado da OTAN contém lacunas que permitem que os países membros permaneçam fora das guerras de outros membros em determinadas situações.

Uma parte fundamental do tratado da OTAN que os países assinam quando aderem à aliança se chama Artigo 5º. Ele diz que um “ataque armado” contra um membro da OTAN na Europa ou na América do Norte “será considerado um ataque contra todos eles”.

No caso de tal ataque, os países da OTAN concordam em ajudar o país que precisa de ajuda, inclusive através do “uso da força armada, para restaurar e manter a segurança da área do Atlântico Norte”.

Mas o tratado não inclui uma definição clara do que realmente é um “ataque armado”.

Isto foi importante em fevereiro de 2020, quando a Turquia solicitou uma reunião da OTAN e solicitou que a aliança intervisse com força militar em resposta aos ataques das forças russas e sírias em seu território, que mataram 33 soldados turcos, durante a guerra civil síria. Os aliados da OTAN optaram por não defender a Turquia com força militar, argumentando que o nível de violência contra a Turquia não era suficiente para ser considerado um “ataque armado”.

Mesmo quando os membros da OTAN decidem que o Artigo 5º deve ser aplicado a uma situação específica, cada país ainda pode decidir individualmente como agir. Isto é, embora a OTAN tenha pessoal administrativo baseado em Bruxelas, não existe uma autoridade central da OTAN que diga a cada país o que deve fazer.

Em vez disso, cada país diz à OTAN o que está – e não está – disposto a fazer.

Os membros da OTAN apenas invocaram formalmente o Artigo 5º uma vez – após os ataques de 11 de setembro de 2001 ao World Trade Center e ao Pentágono.

Naquele momento, 13 países da OTAN enviaram aviões de combate para ajudar os EUA a patrulharem seus céus de meados de outubro de 2001 a meados de maio de 2002.

Mas a maioria dos aliados da OTAN optou por não enviar tropas para o Afeganistão para apoiar os EUA na sua luta contra o Talibã. Esta falta de ação por parte de alguns aliados da OTAN não foi vista como uma violação do tratado e não suscitou um grande debate – e os países que optaram por não aderir à luta não foram sancionados ou expulsos da aliança.

O tratado da OTAN também prevê algumas exceções baseadas na geografia. Quando a Argentina entrou em guerra com o Reino Unido (membro da OTAN) pelas Ilhas Malvinas em 1982, os EUA e outros membros da OTAN puderam usar o fato de a aliança apenas se aplicar à região do Atlântico Norte como motivo para ficarem fora do conflito.

Alguns cientistas políticos argumentam que os eleitores exigirão que seus líderes levem o país à guerra para defender um aliado. Isto implica que o que realmente une os membros de uma aliança não é o texto jurídico de um tratado internacional em si, dado que nenhum tribunal internacional tem poderes para fazer cumprir o tratado, mas sim as expectativas do público sobre o que significa ser um aliado.

Como parte da nossa pesquisa sobre a forma como o público americano pensa sobre as obrigações legais internacionais, decidimos construir uma experiência para ver se os presidentes poderiam usar a linguagem das lacunas da aliança para justificar manter os EUA fora de uma guerra envolvendo um aliado.

Em 2022 e 2023, conduzimos duas experiências baseadas em pesquisas que envolveram pedir a quase 5.000 adultos americanos que considerassem um cenário hipotético em que um aliado dos EUA fosse atacado por um vizinho poderoso.

Alguns entrevistados foram informados que o texto do tratado da aliança permitiria ao governo dos EUA evitar o envio de tropas para defender o aliado em apuros, enquanto outros não receberam essa informação. Embora a pesquisa não tenha mencionado uma aliança específica, descrevemos os termos da aliança de uma forma que corresponde à linguagem utilizada em tratados como o da OTAN. Pedimos então aos entrevistados que nos dissessem a sua opinião sobre o envio de tropas dos EUA para defender o aliado sob ataque.

Os resultados revelaram uma grande diferença entre as pessoas que foram informadas sobre a flexibilidade do tratado de aliança e aquelas que não foram. Embora os pesquisados de ambos os grupos estivessem geralmente inclinados a defender um aliado, sua vontade de fazê-lo foi significativamente menor quando lhes foi dito que o tratado de aliança não exigia necessariamente que os EUA enviassem tropas.

Isto sugere que os líderes políticos podem, em determinadas circunstâncias, conseguir convencer um grande segmento do público de que não há problema em abandonar um aliado em um momento de necessidade.

Assim, quando se trata de debates sobre a política dos EUA em relação aos seus parceiros de aliança – e se deve admitir novos membros como a Ucrânia – é importante que ambos os lados compreendam que os compromissos da aliança não são tão vinculativos, quer legal quer politicamente, como sugere a sabedoria popular.

Publicado no [The Conversation](#).

**Dan Reiter é professor de ciência política na Emory University. É autor ou editor premiado de diversos livros e dezenas de artigos. Ele trabalha com relações internacionais, especialmente questões de conflitos violentos e política externa dos Estados Unidos.*

***Brian Greenhill é professor associado do Departamento de Ciência Política da Universidade de Albany. Sua pesquisa e ensino concentram-se nas formas como a globalização econômica e social afeta os direitos humanos, os conflitos e os resultados ambientais.*
